O especialista de informática, Luís Miguel Ferreira Fernandes, mantém-se no entanto em funções como chefe de divisão de Informática.

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, tendo-se obtido confirmação de declaração de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, 8.ª Delegação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Março de 2005. — O Vice-Presidente, *Nuno Faustino*.

Despacho (extracto) n.º 5926/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Março de 2005 do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

António Marques da Costa Borges, técnico superior principal da carreira de jurista do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho — nomeado, precedendo concurso, assessor da mesma carreira e do mesmo quadro, ficando posicionado no escalão 1, índice 610, considerando-se exonerado do lugar que ocupa a partir da data da aceitação de nomeação.

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, tendo-se obtido confirmação de declaração de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, 8.ª Delegação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Março de 2005. — O Vice-Presidente, *Nuno Faustino*.

Despacho (extracto) n.º 5927/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Março de 2005 do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho:

Carlos Filipe Jorge de Melo, assessor da carreira de engenheiro do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho — nomeado, precedendo concurso, assessor principal, da mesma carreira e do mesmo quadro, ficando posicionado no escalão 1, índice 710, considerando-se exonerado do lugar que ocupa a partir da data da aceitação de nomeação.

Mantém-se no entanto em funções como chefe de divisão de cadastró vitícola deste Instituto.

Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, tendo-se obtido confirmação de declaração de cabimento orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, 8.ª Delegação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Março de 2005. — O Vice-Presidente, *Nuno Faustino*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 5928/2005 (2.ª série). — O modelo de avaliação do currículo integrado de formação vocacional em Dança ministrado na Escola de Dança do Conservatório Nacional (EDCN) foi definido pelos despachos n.ºs 4524/2004 (2.ª série), de 17 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 5 de Março de 2004, e 19 662/2004 (2.ª série), de 2 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 18 de Setembro de 2004.

Considerando que a legislação aplicável ao nível básico foi alterada com a publicação do Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, importa adaptar as condições gerais à especificidade do currículo da Escola de Dança do Conservatório Nacional, aplicando-se o demais constante daquele diploma em tudo o que não seja contrário ao estabelecido no presente despacho.

Assim, determino o seguinte:

1 — São alterados os n.ºs 35 e 46 do despacho n.º 4524/2004 (2.ª série), de 17 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 5 de Março de 2004, com a redacção conferida pelo despacho n.º 19 662/2004 (2.ª série), de 2 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 18 de Setembro de 2004, cuja redacção passa a ser a seguinte:

«35 — Depende de decisão do conselho de turma, tomada por unanimidade, a progressão do aluno que no final do 2.º/6.º ano tenha obtido classificação inferior a 3:

- Nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- Na disciplina de Técnica de Dança Clássica;
- Em quatro disciplinas, sendo uma delas da formação vocacional, à excepção de Técnica de Dança Clássica, desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;

- Em três disciplinas, sendo uma delas da formação vocacional, à excepção de Técnica de Dança Clássica, e a menção de *Não satisfaz* na área de projecto, desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática.

46 — É emitido diploma de curso básico de dança ao aluno que obtiver aprovação nos termos definidos no presente despacho, sem prejuízo de lhe ser emitido diploma de ensino básico se obtiver aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo, nos termos definidos no Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, excluindo-se, para esse efeito, as disciplinas da formação vocacional específicas do plano de estudo da EDCN.»

2 — São aditados ao despacho n.º 4524/2004 (2.ª série), de 17 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 5 de Março de 2004, com a redacção conferida pelo despacho n.º 19 662/2004 (2.ª série), de 2 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 221, de 18 de Setembro de 2004, os seguintes números:

«35-A — No 5.º/9.º ano de escolaridade, no final do 3.º período, o conselho de turma reúne para atribuição da classificação da avaliação sumativa interna, após a realização das provas globais e dos exames das disciplinas de Técnica de Dança Clássica e de Técnica de Dança Moderna.

35-B — Aplicam-se as condições de admissão, definidas no Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, aos exames nacionais do 9.º ano de Língua Portuguesa e de Matemática excluindo-se, para esse efeito, as disciplinas de formação vocacional específicas do plano de estudo da EDCN.

35-C — No final do curso básico de dança, o aluno não progride e obtém a menção de *Não aprovado* se tiver obtido classificação inferior a 3:

- Nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- Nas disciplinas de Técnica de Dança Clássica ou de Técnica de Dança Moderna;
- Em quatro disciplinas, sendo uma delas da formação vocacional, à excepção das disciplinas de Técnica de Dança Clássica ou de Técnica de Dança Moderna;
- Em três disciplinas, sendo uma delas da formação vocacional, à excepção das disciplinas de Técnica de Dança Clássica ou de Técnica de Dança Moderna e a menção de *Não satisfaz* na área de projecto.»

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do ano lectivo de 2004-2005, inclusive.

25 de Fevereiro de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria do Carmo Félix da Costa Seabra*.

Despacho n.º 5929/2005 (2.ª série). — O Regulamento do Júri Nacional de Exames, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 15/2005, de 28 de Fevereiro, define a constituição e as competências do júri nacional de exames dos ensinos básico e secundário (JNE) e estabelece que a nomeação dos seus membros é feita por despacho do membro do Governo competente.

Assim, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do Regulamento do Júri Nacional de Exames, determino:

1 — É nomeado o júri nacional de exames dos ensinos básico e secundário para o ano de 2005, com a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Elvira Alfaiate Reste Rodrigues Florindo.
Vice-presidente — Licenciada Dulcília da Conceição de Jesus Ribeiro.

Assessoria técnico-pedagógica:

- Licenciada Isabel Maria Baptista António Esteves Monteiro.
- Licenciada Isabel Maria Moita Rebelo.
- Mestre Luís Miguel Pereira dos Santos.
- Licenciada Maria da Luz do Quintal Mendes Rocheteau.
- Licenciada Maria Isabel Fernandes Baptista Duque.
- Licenciada Maria Margarida da Silva Paiva Vieira Brigham da Silva.
- Licenciada Teresa do Santo Cristo Rodrigues Pereira.

Coordenadores das delegações regionais:

- Norte — Licenciada Alice Maria Soares Oliveira.
- Centro — Licenciado Fernando Manuel Barata Gordo Caldeira.
- Lisboa — Licenciada Isabel Maria Valença Pinto.
- Alentejo — Licenciada Maria do Céu Coelho Dias Pereira.
- Algarve — Licenciado Rogério Conceição Bacalhau Coelho.

Açores — Licenciada Ana Cristina Faria da Silva.
Madeira — Licenciada Ana Maria da Silva Abreu.

Responsáveis dos agrupamentos de escolas:

Norte:

Braga — Licenciado Vítor Manuel Ferreira Guimarães.
Bragança — Licenciado Teófilo Valdemar Alves Vaz.
Guimarães — Licenciada Maria Manuela Moreira Campos.
Lamego — Licenciada Maria Eugénia Martinha de Castro Pereira Coutinho Sepúlveda Velloso.
Porto Cidade — Licenciado Rui Jorge Areias Pereira.
Tâmega — Licenciado António Agostinho Pinto Correia.
Porto Norte — Licenciada Ana Helena de Oliveira Gomes Sequeira.
Porto Sul — Licenciado João Óscar Sá Morais Gouveia.
Santa Maria da Feira — Licenciada Maria Helena Cirne Barrote Rodrigues.
Viana do Castelo — Licenciado António José Martins Pereira.
Vila Real — Licenciado Marco Alexandre Seixas de Oliveira.

Centro:

Aveiro — Licenciado Francisco Ferreira da Silva.
Castelo Branco — Licenciado António Joaquim Fernandes Pires.
Coimbra Centro — Licenciada Maria Teresa Silva Cardoso Valente.
Coimbra Litoral — Licenciado José Torres dos Santos Pereira.
Guarda — Licenciado José Joaquim Rodrigues Rebelo.
Leiria — Licenciado António Diamantino Sousa Gomes.
Viseu — Licenciada Cristina Maria Mendonça do Vale Dias.

Lisboa e Vale do Tejo:

Lisboa Sintra — Licenciado Paulo Jorge de Carvalho Correia de Almeida.
Lisboa Central — Licenciada Deolinda Mendes Vieira.
Lisboa Ocidental — Licenciado Rui Jorge Gonçalves da Silva Sousa.
Lisboa Oriental — Licenciada Maria da Glória da Silva Alves.
Lisboa Linda-a-Velha — Licenciada Maria da Graça Espírito Santo Nunes.
Margem Sul — Licenciada Teresa de Jesus de Sousa Melo Monteiro.
Oeste — Licenciado Mário Jorge Espadana Lemos.
Lezíria e Médio Tejo — Licenciada Rosa Maria Marques dos Santos.
Setúbal — Licenciada Maria Florinda Ferreira Claudino Trabuço.

Alentejo:

Beja — Licenciado José Eugénio Aleixo Pereira.
Évora — Licenciada Fortunata Maria Carrilho Jerónimo Gomes.
Portalegre — Licenciado António Luís Sequeira.

Algarve:

Faro — Licenciado Eduardo Manuel Reis Ferro Roque.

Açores:

Angra do Heroísmo — Mestre Lucília de Fátima Diogo de Oliveira Alves Leite Gonçalves.

Madeira:

Funchal — Licenciada Maria Fernanda Nunes Vieira Ramos Gomes.

2 — O mandato do júri nacional de exames cessa em 31 de Dezembro de 2005.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.

2 de Março de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria do Carmo Félix da Costa Seabra*.

Direcção Regional de Educação do Alentejo

E. B. I. com Jardim-de-Infância de Vidigueira

Aviso n.º 2856/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, assim como no n.º 1 do artigo 132.º e no n.º 4 do artigo 104.º do Estatuto da Carreira Docente, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Agosto de 2004.

Os docentes dispõem de 30 dias consecutivos a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação.

28 de Janeiro de 2005. — Pela Presidente do Conselho Executivo, *(Assinatura ilegível.)*

Direcção Regional de Educação do Algarve

Agrupamento de Escolas do Concelho de Vila do Bispo

Aviso n.º 2857/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos serviços administrativos da escola sede a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento, reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para efeitos de reclamação.

22 de Fevereiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Ilídio Dias*.

Direcção Regional de Educação do Centro

Escola E. B. 2, 3 de Aradas

Aviso n.º 2858/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março e, para os devidos efeitos, faz-se público que se encontra afixada no *placard* do átrio dos serviços administrativos desta Escola a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino com referência a 31 de Dezembro de 2004.

O prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

18 de Fevereiro de 2005. — O Presidente do Conselho Executivo, *Paulo Manuel Oliveira Mengo de Abreu*.

Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel — Carreira

Aviso n.º 2859/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard* dos serviços administrativos a lista de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento de Escolas, reportada a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

22 de Fevereiro de 2005. — A Presidente do Conselho Executivo, *Adélia Maria Leal Lopes*.

Direcção Regional de Educação de Lisboa

Agrupamento Vertical de Escolas de Palmela

Aviso n.º 2860/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas as listas de antiguidade do pessoal não docente deste Agrupamento referentes a 31 de Dezembro de 2004.

Os funcionários dispõem de 30 dias para reclamação para o dirigente máximo a contar da data de publicação deste aviso.

21 de Fevereiro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Ana Ludovina Calção Serra*.